

«NADA JUSTIFICA A EXPLORAÇÃO QUE AINDA SE FAZ DA TENTATIVA TOTALITÁRIA QUE ABALOU O CONTINENTE EM 1975».

Ramalho Eanes

A Voz de Loulé

SEMANARIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA



PORTO
PAGO

ANO XXVI 4-5-1978
(Preço avulso: 5\$00) N.º 673

Composição e Impressão
«GRÁFICA FDI TORGÁ»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barreto

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
LOULÉ
Telef. 625 36

«Torna-se imperativo restaurar a hierarquia do mérito» — disse o General Ramalho Eanes

No decorrer da sessão solene comemorativa do 4.º aniversário do 25 de Abril, o General Ramalho Eanes falou ao País para nos revelar alguns dos seus pensamentos acerca da trágica situação a que chegámos em consequência dos desvios propositados e firmemente provocados por aqueles que, sob o pretexto de nos terem

libertado de uma ditadura, nos queriam impôr outra ainda mais feia e tirânica.

Ramalho Eanes foi incisivo e linear e mais uma vez se revelou o Homem prudente, sabedor e perspicaz, de cuja inteligência e capacidade de decisão muito depende o futuro de todos os portugueses que queiram continuar a viver

num País verdadeiramente livre e independente de tutelas imperialistas.

No seu discurso, que encerrou a sessão, o Chefe do Estado declarou:

«Celebrámos hoje a liberdade dos portugueses e a legitimidade das instituições que nos regem. Celebrámos o projecto democrático que esteve na origem e que justifica o 25 de Abril.

Estes são o dia e o lugar apropriados para que se medite no que foi feito e para que se afirme o que é possível e necessário fazer de modo a que Abril não fique como uma esperança sem resposta.

Acrescentou, depois:

«O momento não autoriza que esta cerimónia decorra sem a sombra de perigos que ameaçam a obra incompleta da revolução e que obrigam os portugueses a

(continua na pág. 6)

Algarve

na encruzilhada ecológica

O Algarve, a par das suas aptidões agro-piscatórias de inegável interesse económico, cuja procedência é imemorial, revelou em época relativamente recente uma outra faceta de extraordinária valia: a sua vocação turística.

Esta sua propensão que tem atravessado diversas fases evolutivas e ainda está longe de ter atingido o seu último e acabado estádio, requere como é natural e até necessário, consequente consciencialização.

Criada a Federação dos Agricultores do Algarve com sede em Loulé

Com a sala repleta de um público entusiasta, realizou-se no domingo, dia 16, no Cine Teatro Messinense, um plenário de Agricultores que contou com a presença de representantes das Associações de Agricultores de Messines, Monchique, Loulé, Tavira, Lagoa e Beja.

Foram debatidos problemas de real interesse para a lavoura nacional de que resultou ter sido aprovado, por unanimidade, a criação da Federação de Agricultores do Algarve, com sede em Loulé.

Também foi aprovada por unanimidade uma moção exigindo a demissão do Ministro Saias, por se considerar que a sua acção está prejudicando a agricultura e, por consequência, os reais interesses do País.

Quarteira, pobre Quarteira

Falta de visão ou incompetência?



ESTA FOTOGRAFIA DA-NOS UMA IMAGEM DOS ERROS DE QUE QUARTEIRA CONTINUA A SER VÍTIMA.

Revelando uma sádia preocupação de esclarecer a opinião pública acerca de problemas que

tanto estão dando que falar em Quarteira (e não só) e talvez restando que a Câmara não tivesse vagar para responder às minhas observações, teve o sr. director da «Voz de Loulé» a feliz ideia de incumbir o dedicado colaborador deste jornal, sr. J. C. Viegas, de procurar o sr. Presidente da Câmara de Loulé para saber o que se passa acerca de tão melindroso quanto chocante e clamoroso problema.

O caso é que eu apoiei o sr. Micalício (que não sei ainda quem é) exactamente por também eu saber que a Câmara «herdou» em Quarteira problemas muito complexos e tremendamente bichudos.

A propósito do Cerro de S. Miguel

O Cerro de S. Miguel ou Monte-Figo, foi designado num artigo publicado na imprensa regionalista há anos, como «o melhor miradouro do Sul do País». E é, sem dúvida alguma, pois está si-

tuado na zona central do Algarve a 441 metros acima do nível do mar.

Pois poderia ser também o ponto de maior interesse turístico,

(continua na pág. 3)

Assim vai este país...

Enquanto Ministros pedem aumento de produção, técnicos de agricultura criam situações de desalento

Desde que em 1971 se descobriu a área de Vale Judeu (no concelho de Loulé) era um manganoso subterrâneo de boa água, rapidamente transformaram em belas e prósperas hortas, os terrenos outrora abandonados ou mal aproveitados.

Disso são testemunho todas as pessoas que passem pela E. N. 125 e apercebam a existência das já famosas laranjeiras de Vale Judeu.

Estimulados pelo êxito dos vizinhos, cada vez mais agricultores da região cortaram as suas alfarrobeiras, amendoeiras, etc., plantando laranjeiras, pessegueiros e outras árvores de fruta.

Esta necessária e frutuosa reconversão agrícola iniciou-se, portanto, antes do 25 de Abril.

Quando, depois desta data se falou em Reforma Agrária, os agricultores politicamente ingenuos pensaram que o objectivo era reformar a agricultura para a tor-

nar próspera e portanto rentável. Santa ingenuidade.

Quando abriram os olhos viram que afinal Reforma Agrária era si-

(continua na pág. 4)

Recolha de fundos pelo Instituto Português de Reumatologia

Com autorização do Ministro da Administração Interna, vai a Direcção do Instituto Português de Reumatologia nos próximos dias 22 a 24 de Maio, promover a recolha pública de fundos, em todos os pontos do País.

Os fundos referidos destinam-se a incrementar o tratamento dos doentes atacados de reumatismo, cuja afluência ao Instituto é cada vez maior.

O manicómio português

«O espectáculo que damos neste momento ao mundo não é o de um povo que se esforça por actualizar ousada e sensatamente a sua vida retrógrada. É o de um manicómio territorial, onde enfermeiros improvisados e atrevidos submetem nove milhões de cidadãos a um electro-choque aberrante e desumano».

MIGUEL TORGÀ, «Diário XII»

OBRA LITERÁRIA

do Dr. Francisco Xavier Ataíde Oliveira

— ARTIGO DA AUTORIA DA DR. VALENTINA GARCIA FERREIRA

Parece-nos que já quase tudo se disse sobre as qualidades de carácter e integridade pessoal deste escritor e jornalista que foi doutor em Teologia e Direito e dedicou ao Algarve, e a Loulé em particular, um carinho muito especial. Alguns insignes homens de letras da nossa terra que tiveram a dita de o conhecer realçaram e documentaram já com v-

(continua na página 3)



Não é de lisonjas nem de depreciações que o Zé se alimenta

(VER PÁGINA 5)

Reforma Agrária PORQUE NÃO DEFENDE O GOVERNO OS TRABALHADORES RURAIS?

Pelo Eng.
— VACAS DE CARVALHO —

Há dias, um trabalhador rural da Unidade Colectiva que ocupa a herdade de Serra de Lebres, no concelho de Montemor-o-Novo, decidiu sair da Unidade Colectiva. Em consequência disso, e como represácia, destruíram-lhe completamente uma pequena horta que cultivava junto à sua residência. Um outro trabalhador rural, que trabalhava na Unidade Colectiva que ocupa a herdade de Benalfange, também no concelho de Montemor-o-Novo, foi convidado a trabalhar um período, num lagar privado de Montemor-o-Novo, devido à prática anterior que possuía neste tipo de trabalho. Solicitou a respectiva autorização à Unidade Colectiva, e trabalhou, efectivamente, no lagar. Voltando à Unidade Colectiva, os dirigentes desta exigiam-lhe que entregasse o dinheiro correspondente às horas extraordinárias que tinha feito, e também o prémio de um decalitro de azeite que o dono do lagar lhe tinha dado!

Casos como estes, são diários, na zona de intervenção da reforma agrária. Os trabalhadores rurais são vítimas das maiores arbitrariedades da minoria PC, que domina, ainda com pulso de ferro, nos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e nas direcções das Unidades Colectivas. Ai de quem levante a voz pelos seus direitos e liberdade, porque as represálias não tardam a ser feitas, chegando a casos de agressões físicas.

É urgente a criação pelo Governo de um organismo e mecanismos legais, de fácil acesso, que possam defender os trabalhadores rurais das prepotências de que são vítimas. Os trabalhadores rurais têm que ser urgentemente defendidos dos despedimentos sem justa causa e sem indemnização; das suspensões de salários, como punições dos «crimes» políticos, como o de recusarem comparecer em manifestações PC; dos atrasos de pagamento de salários, que chegam a ser de 6 meses; do aluguer de trabalhadores praticado pelas UCP's, que os põem a render, como se fossem escravos. É urgente que os trabalhadores rurais sejam defendidos pelo Governo, quando desejem sair das UCP's: um tal organismo deverá obrigar os dirigentes das Unidades Colectivas a devolver-lhes os seus bens e dinheiro, e responsabilizá-los pelas agressões cometidas, que não poderão continuar a ficar impunes.

Houve um projecto que foi largamente discutido nas Associações de Agricultores: estas pensaram denunciar o contrato colectivo de trabalho dos trabalhadores rurais. Com efeito, os Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas têm-se oposto, vivamente, à revisão dos salários, que estão congelados há quase 4 anos, e é a própria entidade patronal que considera a situação como injusta, e deseja que os salários sejam aumentados.

O projecto só não foi posto em prática, porque foi considerado

A casa que Loulé reclamava!!!

A gerência da firma Luauto, Lda., tem o prazer de informar que abriu o seu estabelecimento de acessórios de automóveis, na Av. José da Costa Mealha, n.º 37, onde V. Ex.ª poderá encontrar entre outros: Baterias, businas, bobines, discos de embraiagem, escovas, filtros, platinados, tampas de distribuidor, reguladores, rotores, interruptores, tampões, velas, volantes desportivos, capacetes, lâmpadas, correias ventoinha, tapetes, óleo Castrol e vasta gama de extras, etc.

PARA SERVIR O PÚBLICO!!!

BARÃO & RAMOS, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 17 do mês corrente, lavrada de fls. 110, v.º a 112, do livro n.º B-99, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Américo Barão Martins e José Pereira Ramos, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

PRIMEIRO CARTÓRIO

A cargo do Notário,
Licenciado Nuno António
da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-99, de folhas 146 a 147, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual António Sousa e mulher, Maria de Brito Severino ou Maria do Brito Pardal, residentes na Praça D. José de M. Mascarenhas, n.º 1, 1.º, esq., da cidade de Almada, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, do seguinte prédio:

Urbano, destinado a habitação, composto de rés-dochão com dois quartos, cozinha, casa de banho, sala comum, despensa e quintal, com uma dependência constituída por duas divisões, e casa de banho, e primeiro andar com dois quartos, sala comum, cozinha e casa de banho, no sítio dos Cavacos, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, confrontando do nascente com Ernesto Pardal, do norte com Carlos Coelho, do poente com José Francisco Pardal da Encarnação e do sul com caminho, com a superfície coberta de noventa e seis metros quadrados e quintal com cem metros

quadrados, inscrito na respectiva matriz predial, em nome dele justificante varão, sob o artigo número dois mil trezentos e dezanove, com o valor matrício de quatrocentos e três mil novecentos e vinte escudos, a que atribuem idêntico valor venal, e não descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho, conforme consta de uma certidão lá passada em 11 do corrente mês de Abril;

Que este prédio lhes pertence, pelo facto de o haverem construído, inteiramente à sua custa num tablão de terreno para construção urbana, com a área de cento e noventa e seis metros quadrados, que lhes havia sido adjudicado e ficado a pertencer, em pagamento da quota hereditária da justificante mulher, na partilha dos bens da herança aberta por óbito de seu pai, e sogro, Ernesto Pardal — que residiu no aludido sítio dos Cavacos e faleceu no estado de casado com Inácia de Jesus, no regime da comunhão geral de bens — efectuada entre todos os seus herdeiros e interessados, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e cinquenta e um, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública.

Que desde a referida data, inicialmente o terreno e posteriormente o prédio urbano que no mesmo construíram, sempre tem vindo a ser possuído, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida, em nome próprio, pública, pacífica e continuamente.

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidades de comprovar o seu direito de propriedade perfeita sobre o prédio supra descrito, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 20 de Abril de 1978.
O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Primeiro — A sociedade adopta a firma «Barão & Ramos, Limitada», tem a sua sede no sítio de Barreiras Brancas, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

Segundo — O seu objecto consiste no exercício da actividade de armazém (grossista) de produtos alimentares e bebidas, podendo explorar qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

Terceiro — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de quatrocentos mil escudos, e está dividido em duas quotas iguais de duzentos mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — 1. — A gerência da sociedade, dispensada de caução, será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Os sócios gerentes poderão delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração, em quem entenderem.

3. Para obrigar validamente a sociedade é necessária a assinatura de dois sócios gerentes ou seus procuradores.

4. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, letras de favor e outros semelhantes.

Quinto — Não são exigidos

prestações suplementares de capital social, mas os sócios poderão fazer os suprimentos de que a Caixa Social careça, nas condições acordadas em Assembleia Geral, expressamente convocada para o efeito.

Sexto — 1. É livremente permitida entre os sócios a cessão de quotas, no todo ou em parte.

2. A estranhos só poderá efectuar-se com prévio e expresso consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

3. Para a concretização deste direito deverá a cessão ser comunicada à sociedade e a cada um dos sócios, por carta registada, com aviso de recepção, ficando desde já estabelecido que o preço corresponderá ao valor nominal da quota acrescido dos fundos de reserva da sociedade.

Sétimo — Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com oito dias de antecedência, pelo menos.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 21 de Abril de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

VENDE-SE

Forgon pesado, marca Bedford, próprio para feirante ou mercadorias, com caixa metálica fechada. Informa Café Hilário (junto aos Bombeiros) — LOULÉ.

NADADORES-SALVADORES

PRECISAM-SE

Para prestarem serviço nas praias de VILAMOURA, durante a próxima época balnear (Junho/Setembro).

Exige-se boa apresentação e idade entre 25 e 45 anos. Conhecimento de Inglês e Francês, como cond. de prefer. Vencimento compatível.

Resposta p/ LUSOTUR — Vilamoura

ASSIGESTE - Assistência à Gestão da Empresa, Lda.

Av. do Ténis, 16-r/c Esq. — ALBUFEIRA

No Algarve:

Organizamos / Analisamos /
/ Executamos / Controlamos

- ESCRITAS, GRUPOS A e B
- PROJECTOS DE INVESTIMENTO
- ESTUDO ECONÓMICO-FINANCEIROS
- GESTÃO FINANCEIRA — FISCALIDADE
- TÉCNICOS EXPERIENTES

Telef: Albufeira 52436 — Faro 25069

(3-2)

OBRA LITERÁRIA

DO DR. FRANCISCO XAVIER ATAÍDE OLIVEIRA

(continuação da pág. 1)

rios episódios e testemunhos pessoais a honradez, a probidade, as intenções morderadoras sociais e o amor aos valores culturais do nosso povo que nós também adinhamos e pressentimos na obra de Francisco Xavier de Ataíde Oliveira: Aos «Contos Infantis» ele chama «coleção de pequenas narrativas tendentes a imprimir no espírito das crianças os princípios mais convenientes à sua educação religiosa e social», orientando-as no caminho da honra e do dever. Não querendo «assistir de braços cruzados ao desmoronamento das nossas tradições orais», Ataíde Oliveira ouviu pessoas antigas, escreveu a amigos de sua especial confiança e, segundo o incitamento de Teófilo Braga, coligiu muitas centenas de contos e narrativas em verso e em prosa, que publicou no «Romanceiro e Cancioneiro do Algarve — Lição de Loulé» (1905), em «As Mouras Encantadas e Encantamentos no Algarve» (1898) e em dois volumes de «Contos Tradicionais do Algarve» (1900 e 1905). Publicou ainda várias monografias de terras algarvias, uma biografia de D. Francisco Gomes de Avelar e Estudos sobre a História Eclesiástica do Algarve.

Sem nos querermos pronunciar sobre a qualidade destas últimas obras, sem dúvida de valor histórico-geográfico, julgamos o «Romanceiro», «Mouras Encantadas», e os «Contos Tradicionais do Algarve» uma parte bem representativa da obra de Ataíde de Oliveira pela especial atenção que lhes dê e por constituírem um tesouro inigualável da recolha das manifestações culturais e populares do Algarve.

Pela mesma razão e por alguns exemplares das primeiras

edições serem raros e dispersos, achamos serem estas três obras, e talvez os dois volumes de «Contos Infantis», aquelas em que reconhecemos a maior necessidade de publicação.

A fazer-se uma nova edição, uma análise crítica se impõe. Esta análise deverá ser multifacetada como variada é também a obra de Ataíde Oliveira e não poderá deixar de considerar as várias estruturas narrativas, as relações sémicas e sintáticas e as relações programáticas autor-leitor num critério semiótico que hoje não pode ser ignorado.

M. Valentina Garcia Ferreira

RESUMO BIOGRÁFICO DA DR. VALENTINA FERREIRA

Natural de Loulé, fez aqui a sua Instrução Primária recebendo o prémio «Governo Civil de Faro» e o Curso Geral dos Liceus no saudoso Colégio Infante D. Henrique. Concluiu o Curso Complementar no liceu de Faro, tendo obtido o prémio «Engenheiro Duarte Pacheco» instituído pela Câmara Municipal de Loulé.

É licenciada em Germânicas e em Linguística pela Faculdade de Letras de Lisboa. Possui ainda o Curso de Ciências Pedagógicas da mesma Faculdade e o Curso de Orientação Escolar e Profissional do Instituto Maria Luísa Barbosa de Carvalho, de Lisboa.

Realizou vários cursos sobre Linguística Aplicada ao Ensino e Linguística Teórica na Inglaterra como bolsa do Ministério de Educação e Cultura e nos Estados Unidos da América do Norte como bolsa da Fundação Fullbright na Universidade de Michigan e da Linguistic Society of America na Universidade de New York.

É co-autora de programas e livros para os Cursos Complementares do Ensino Secundário Técnico e tem participado em Encontros e Seminários de Investigação de Linguística e Ensino do Português.

É professora efectiva do Ensino Secundário, foi orientadora de estágios de professores e actualmente é professora assistente da Faculdade de Letras de Lisboa regendo as cadeiras de Linguística e Ensino de Línguas e Linguística Geral.

«Torna-se imperativo restaurar a hierarquia do mérito»

(continuação da pág. 1) considerar o futuro com natural ansiedade. Neste dia, que devia ser de alegria e confiança, as palavras não podem ser usadas para ocultar ou iludir a gravidade da situação. Para que a fé dos por-

tugueses possa ser recuperada, para que a consciência de cada um possa ser força da Nação, é preciso que a verdade seja dita e reconhecida».

Mais adiante, o Presidente da República observou:

«A cegueira histórica da Ditadura não preparara Portugal para resistir às forças que romperam os equilíbrios mundiais dos últimos trinta anos. Certos progressos da década de sessenta eram engenheiros e assentavam em condições internas e externas, que não se podiam manter. A ordem estabelecida não tinha bases sólidas.

Salientou, depois, o general Ramalho Eanes:

«A Constituição é instrumento de liberdade e segurança. Mas não é um texto imutável e intocável, nem o poderia ser, porque assenta na vontade popular que não se fixa nunca de uma vez para sempre. A Constituição tem virtudes e tem defeitos.

**

«O Estado assumiu, directa ou indirectamente, encargos demasiado extensos para as suas possibilidades presentes e previsíveis. Em vastas áreas a intervenção estatal transformou-se em fonte de paralisação».

**

«Ao Presidente da República, importa menos quem governa e mais como se governa. Não há homens, nem facções, nem partidos, superiores às exigências da Nação. Há somente homens, facções e partidos que, num dado momento, servem bem ou servem mal a Nação».

A finalizar:

«É preciso que de aparentes soluções não nasçam outros e mais graves problemas, é preciso que o caminho para a recuperação material e para a ordem cívica não corra o risco de acabar na miséria e no caos».

O Presidente da República manteve a sua inflexível determinação de assegurar, por todos os meios constitucionais, as condições de realização do projecto nacional.

Dos deveres que o povo português livremente lhe impõe, nenhuma incompreensão, nenhum obstáculo, nenhum desafio, nenhum perigo o poderão demover».

Quarteira, pobre Quarteira

Falta de visão ou incompetência?

(continuação da pág. 1)

tendo exactamente os mesmos erros que critica nos outros?

É ou não é uma situação verdadeiramente paradoxal?

Se em Quarteira se têm permitido a consumação de autênticos atentados à estética, ao bom gosto, ao lógico ordenamento urbanístico e aos mais elementares princípios de desenvolvimento em matéria de jardins, zonas verdes, parques e arruamentos, como é possível que, após uma Revolução que abalou as mais sólidas estruturas duma Nação de 8 séculos, queiram continuar a lançar-nos poeira nos olhos para que os fechemos às realidades mais palpáveis?

Se se permitiu a construção de uma autêntica muralha de cimento (em prédios encaixotados) na Avenida Marginal para que todas as casas ficassem com frente para o mar, sem o mínimo respeito para com todos os outros cidadãos que depois ficaram por detrás e que também têm direito a ver o mar. Se se obrigou os proprietários dos apartamentos Golfinho a deixar livre uma área tão grande de terreno que só seria imaginável em homens da visão dum Eng. Duarte Pacheco, e depois se permitiu o aproveitamento dessa mesma área para a construção da Torre Azul, com criminoso desprezo por compromissos assumidos anteriormente, como é possível que eu me cale ao ver que os novos dirigentes democráticos desta terra persistam em cometer novos e imperdoáveis erros que o futuro julgará com o mesmo critério que hoje julgamos os erros já irreparáveis?

É por estas e por outras, sr. Director, que, ao desejar-ló, eu chego a ter medo do chamado Poder Local e da autonomia administrativa. E isto porque eu tenho medo que não tenhamos homens à altura de resolver os nossos problemas com verdadeira isenção e, também, com autêntica visão de um futuro que desejamos melhor para todos.

A grandeza governativa de um

homem revela-se na sua capacidade de prever.

E parece que em Quarteira cada um tem procurado defender-se sem olhar ao futuro duma terra que merece ser grande.

Tudo isto serve para dizer que não há explicação nem lógica, nem estética, nem urbanística, nem plausível para se encurrar num enorme extensão de terreno através do encerramento puro e simples duma abertura que existia e que era o local mais acessível, lógico e fácil para a entrada para um futuro mercado municipal, ou urbanização, ou para um enorme parque de estacionamento e que, se tivesse parte coberta, até poderia ser uma fonte de receita.

Os técnicos vão ficar ofendidos por eu desconfiar da sua falta de visão ou da sua competência? E será que eu sou obrigado a aceitar como obras válidas e indiscutíveis todas as obras dos técnicos?

Mas quem é que (tendo 2 dezenas de testa) vai concordar com o encerramento de uma esquina que é ponto de convergência de 6 ruas e aceite como válida a ideia de obrigar um senhorio a demolir (num amanhã talvez muito distante) uma casa para abrir uma transversal a uma rua já de si estreita sem possível manobra para camionetas ou camiões?

Sr. director: não quero alargar-me, por hoje, em mais comentários, mas gostaria de ver publicada a fotografia que acompanhou a outra carta que lhe escrevi, pois é bem elucidativa do novo aborto com que «brindaram» esta pobre terra.

Para não alongar mais esta carta, não faço hoje qualquer comentário à cerca da «rua do sr. Isidoro». Fica para a próxima. E o «caso» da Avenida também.

Apenas direi que fiquei muito contente com a versão apresentada pelo sr. Presidente da Câmara, pois assim fiquei com mais fortes argumentos para condenar os novos «crimes urbanísticos» que estão a cometer-se em Quarteira.

JORGE DA MAIA

A Vossa hernia

DEIXARÁ DE VOS PREOCUPAR!!

MYOPLASTIC KLÉBER é um método incomparável. Sem mola e sem pelota, este verdadeiro músculo de socorro, reforça a parede abdominal e mantém os órgãos no seu lugar,

«COMO SE FOSSE COM AS MÃOS»

Bem estar e vigor, são obtidos com o seu uso. Poderéis retomar a Vossa habitual actividade. Milhares de herniados usam MYOPLASTIC em 10 Países da Europa (da Finlândia a Portugal). As aplicações são feitas pelas Agências do

INSTITUT HERNIAIRE DE LYON (França)

Poderéis efectuar em ensaio, completamente gratuito em qualquer das Farmácias abaixo indicadas:

FARO — Farmácia Higiene — Dia 11 de Maio

PORTIMÃO — Farmácia Carvalho — Dia 12 de Maio

LOULÉ — Farmácia Chagas — Dia 13 de Maio (só de manhã)

OLHÃO — Farmácia Olhanense — Dia 15 de Maio

TAVIRA — Farmácia Eduardo Félix Franco — Dia 16 de Maio (somente de manhã)

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — Farmácia Silva — Dia 16 de Maio (só de tarde)

BEJA — Farmácia Oliveira — Dia 17 de Maio

ÉVORA — Farmácia Rebocho Pais — Dia 18 de Maio

Durante o intervalo das visitas do Aplicador, as Farmácias Depositárias poderão atender todos aqueles que se lhes dirigem para adquirir cintas.

CANALIZADOR

PRECISA-SE

Com tarracha própria. Não é necessário ter experiência.

Contactar Vila 401 — Vale do Lobo ou telef. 94169 — ALMANSIL

ERA UMA VEZ...

— 3 —

Era uma vez o reino dos animais, que vivia em paz e progresso. Havia muitos anos que governava o senhor Elefante, com acerto e prudência consumados.

A sua enorme massa encefálica resistia ao desgaste do tempo e cuidados e permitia-lhe atender a tudo e para tudo achar a solução mais apropriada e equitativa.

Não era demagogo, nem permitia desmandos ao seu povo, mas dizia-se e era de facto «kamigo do seu povo».

Os trabalhos públicos desenvolviam-se, crescia o nível de vida e o nível cultural, o nível de saúde e de felicidade de todos.

Todos amavam o seu Chefe e eram-lhe devotados, aceitando também as restrições que, às vezes, lhes impunha, porque sabiam que eram para bem e acertadas, mesmo quando não lhes entendiam os motivos.

Os únicos que lhe tornavam a vida amarga eram os macacos, sempre dispostos a encontrar defeito em qualquer ordem ou iniciativa. Contidos embora em respeito pela veneração que o Elefante grangeava na comunidade, tratavam de perturbá-la. Se buscassemos as razões profundas, não confessadas desta obra de sapa, descobriríamos duas: o despeito de não serem eles, os bichos mais capazes, mais inteligentes, mais parecidos com o homem, a mandar, tendo de obedecer a uma besta tão pesada e disforme, e a natureza íntima do macaco que não sabe estar quieto, que precisa da desordem para se sentir no seu mundo.

Inventaram-se anedotas acerca do paquiderme, o «trombudo» ríspido e caquético, o cerceador das liberdades, sempre pronto a impor dogmas e lançar anátemas contra os que achassem uma mais racional interpretação da lei, uma *Welt anschauung* mais coerente e racional. Achavam-no medieval, obscurantista, triunfalista, etc., etc..

Queixavam-se da paz podre que todos tinham de viver, sem sobressaltos nem mortes, nem roubos nem incêndios. Aquilo era uma estagnação, só porque o Elefante não largava os processos medievais, inquisitoriais, tridentinos, que o peso das tradições, que o peso dos séculos, etc... sobre ele acumulara.

Diga-se a verdade, que os bichos descansavam nos cuidados que por eles tinha o Elefante, às vezes dormiam em vez de trabalhar. Os que estavam encarregados de vigiar os outros, de quando em vez, esqueciam-se da sua missão e deixavam que alguns se perdessem. Mas o Elefante, sempre solícito, chamava-os ao dever. De tempos a tempos, convocava os responsáveis, analisando o que se tinha feito ou deixado de fazer, o que devia fazer-se para «mettre à la page», «aggiornare» a nação.

Mas os macacos não viam nada do bem que se fazia. Eram intolerantes em criticar a «intolerância» do Elefante. Por má sorte, as suas vozes, «vozes de burro» (chamava-lhes a bicharada) não tinham eco. Quando muito faziam abrir os olhos de espanto a algum simplório estremunhado.

Mas um dia, chamando os pais, os parentes próximos e afastados de todo o mundo (gibões, gorilas, chimpanzés, e símios de todas as raças) fizeram tal chinfrineira que parecia que tudo ia pelos ares. O Elefante, velho, ultrapassado, obscurantista, alienante, etc., etc.... tinha de ser deposito. Ao menos era preciso que houvesse um poder superior ao dele e eles, os macacos, estavam dispostos a exercer esse «serviço» à comunidade. Tentaram mesmo criar um movimento, uma liga internacional, para realizar este objectivo. Simplesmente, eram tantas as ambições pessoais, eram tão várias e disparatadas as propostas formuladas por cada qual, que não houve meio de se entenderem e apenas conseguiram juntar uns grupelhos, nem por isso muito homogéneos, capazes de perturbar os bicharocos tímidos que os ouviam.

O Elefante continuava, porém, serenamente a reger os destinos do seu povo, não digo que indiferente a tão grande barulho e confusão porque não se cansava de os chamar à razão, ao bom-senso. E com ele estava a enorme massa da bicharada ordeira e razoável.

Lembravam-se todos de que, ao longo da história das nações, muitos casos semelhantes se tinham passado e que não seria aquele o último. O que era preciso era serenidade e confiança.

Realmente, a tempestade passou e o Elefante pôde acabar em paz o seu governo e em paz entregá-lo ao seu sucessor e este a outro, a outros...

Os leitores estão a ver a lição da fábula. Embora em termos políticos, que podiam ser transpostos para a actuação mundial e a esta nos confinarmos tirando todas as ilações consequentes, não foi todavia só a política que nos interessou, mas a vida da Igreja. Que ninguém estranhe o facto, dadas as agressões e arremetidas que têm sido desferidas ultimamente contra as convicções cristãs da maioria dos portugueses, que até têm partido de certos cristãos (?) que a si mesmos se rotulam de «progressistas»...

Na fábula, tudo acaba em bem, apesar da agitação e da luta. E ali, só havia que contar com os elementos naturais.

Também a Igreja, em nossos dias, é bem sacudida por ataques externos e agitações internas. Mas não tem que temer, porque a agitação não dura muito.

E sobretudo tenhamos fé na Divindade de Cristo e na Igreja que Ele instituiu e a que prometeu a Sua assistência, para que fosse indefectível. Non praevenit!

QUE EDUCAÇÃO SEXUAL?

Num tribunal britânico, um rapazito de 12 anos, foi condenado no tribunal a prisão perpétua pelo crime de violar e assassinar uma menina de quatro anos.

O criminoso afirmou sempre que não queria matar a pequena vítima; apenas tinha querido descobrir o que eram as relações sexuais após ter recebido, na escola, as aulas de educação sexual. Que caso trágico...

Uma criança morta; um garoto envenenado pela aula de educação sexual condenado a prisão perpétua...

O resultado de lhe espicaçarem o instinto que o tornou selvagem e criminoso.

E da Suécia vêm-nos o número de mães com doze anos; de abortos em quantidade provocados em crianças que mal entraram na puberdade, e de violências e vícios contra a natureza praticados por rapazes educados neste assunto.

Sejamos sóbrios e esperemos a ocasião propícia para abordar assunto tão delicado e tão... difícil.

Nós somos pela educação sexual? Não a que seja o desparar de móbidos sentimentos poais, seria contraproducente.

A educação sexual necessária exige autoridade moral do educador, exige critério, exige ambiente, exige que seja feita no tempo oportuno. A família tem neste problema um papel insubstituível.

É nefasta a ação de certos «educadores».

Mecânico - Oferece-se

Especializado em motores diesel e a gasolina, com carta de pesados e serviço militar cumprido.

Nesta redacção se informa.

(3-3)

Enquanto Ministros pedem aumento de produção,

técnicos de agricultura criam situação de desalento

(continuação da pág. 1) nómico de assaltos, roubos, expropriações selvagens, de espoliações, de destruição sistemática de culturas e casas agrícolas, de vinganças, de ódios. Todo um desfilar de injustiças sem paralelo na nossa história de 8 séculos.

Por isso os agricultores de Vale Judeu se sentem felizes por a chamada «Reforma Agrária» não ter chegado ao Algarve. O que realmente desejam, isso sim, é transformar as suas terras em mananciais de produção, que os beneficiem a eles e a quantos precisam de comer... para viver.

E como os nossos ministros já falam na necessidade de aumentar a produção agrícola para se evitar as volumosas importações de bens alimentares, os pequenos agricultores de Vale Judeu que não têm recursos para transformar em regadio as suas terras de sequeiro, pensaram que talvez o Ministério da Agricultura e Pescas pudesse dar uma ajuda.

Alguns até já têm regadio, mas começaram a pagá-lo a 20\$00 a hora, depois a 30\$00, 40\$00, 50\$00 e em 1977 já pagaram a 65\$00 hora.

Acontece que, entretanto, as perspectivas para 1978 são dramáticas, pois os donos dos furos já ameaçaram passar a água a 100\$00 hora, por causa dos grandes aumentos de preço dos motores, bombas, gasóleo e mão de obra.

Traumatizados perante o grande dilema de pagar a água a 100\$00, (sem produção que suporte esse encargo) ou colher as árvores, é evidente que não podem ficar na passividade.

Entretanto, outras áreas vizinhas ficam inquietas por carência de meios financeiros dos respectivos proprietários.

Considerando ainda que as bombas, motores e acessórios são importadas, parece-nos que já é tempo dos responsáveis pela agricultura saírem dos seus gabinetes e procurarem, junto dos agricultores, soluções económicas para aumentar a produção agrícola.

Para que a imagem de um Portugal melhor que o 25 de Abril nos prometeu não seja deturpada, é urgente que o Governo demonstre que está realmente interessado em desenvolver este país. Os agricultores saberão responder.

E saberão responder mais através do seu trabalho árduo e constante.

Mas terão que ser os organismos oficiais que devem ir ao encontro das necessidades dos agricultores. Não são estes que saberão dinamizar-se para se associarem em cooperativa que não sabem organizar, nem em construções de barragens que não sabem construir, nem abrir furos para os quais não têm dinheiro.

O que o agricultor quer é trabalhar e cultivar a terra. Para isso precisa de água. De barragens, de furos, da água das nascentes ou dos ribeiros. E que seja o Estado a colaborar técnica e financeiramente. Os agricultores não têm vagar para pedir uns escudos aos vizinhos para fazerem um furo...

O país precisa de produzir, urgentemente, mais alimentos para evitar que se gastem preciosas divisas na compra daquilo que pode produzir.

Por isso, e em nome dos preocupados agricultores da região, resolvemos dirigir uma carta ao Ministério da Agricultura e Pescas, na suposição de que de lá poderia chegar a ajuda milagrosa para a solução do afillito problema.

O caso é que a resposta foi animadora dado que recebemos dos Serviços Regionais de Agricultura do Algarve, uma carta as-

sinada pelo sr. Eng.º Agrônomo Alberto Mendes Quadros (responsável pela Estrutura da Praceta Major David Neto, de Portimão) a sugerir a marcação de um dia para uma visita à região de Vale Judeu.

E a verdade é que essa visita se efectuou, embora sem quaisquer perspectivas animadoras, pois nem sequer ficámos sabendo o que é que o sr. Engenheiro pensava acerca do problema.

A surpresa estava guardada para o ofício que chegaria depois e que ousamos transcrever na íntegra para que se saiba da «ajuda» que o Governo promete e a «ajuda» que «dá» aos agricultores:

«Ex.mo Sr.
Joaquim do Carmo Mariano
— Loulé.

Respondendo à v/ carta de 6 do corrente informamos que o vosso problema só poderá ser resolvido, em nosso entender, de uma das formas seguintes:

1 — Pela construção de barragens onde haja possibilidades para tal.

2 — Pela abertura de furos.

Para a construção de barragens e após a v/ solicitação, poderão os nossos Serviços prestar auxílio quer na elaboração de projectos quer no apoio técnico durante a construção das barragens, quer ainda na concessão de subsídios.

Para a abertura de furos não há possibilidade em relação aos tempos mais próximos, de presta-

ção de auxílio quer técnico, quer material, por parte dos nossos Serviços Regionais. Individualmente os interessados têm no entanto a possibilidade do recurso ao crédito.

Entretanto e dado o capital avultado a que obriga quer a construção de barragens quer a abertura do furo, seu revestimento, aquisição da bomba e motor e adaptação ao regadio, parecem-nos preferível a solução de uma associação de agricultores, o que fica dependendo da v/ iniciativa.

Neste sentido aconselhamos V. Ex. e outros interessados da v/ zona a contactarem com os agricultores da zona de Paderne que têm uma associação para a exploração de águas de um furo e que está trabalhando modelamente.

Com os melhores cumprimentos.

O Responsável p/ Estrutura, Alberto Mendes Quadros (Eng.º Agrônomo)

Pelo conteúdo do ofício acima, ficaram os agricultores sabendo que o problema da água para a rega em Vale Judeu (só) poderá ser resolvido por barragens ou furos, o que, em boa verdade, não é novidade para ninguém.

Ficaram também sabendo que, para barragens, «há auxílio para projeto, apoio técnico e dinheiro», mas os agricultores já

(continua na pág. 5)

RESPONSÁVEIS POR AEROPORTOS EUROPEUS REUNIRAM NO ALGARVE

Decorreu no Hotel da Balaia, na Praia Maria Luisa, em Albufeira a reunião dos responsáveis por aeroportos europeus, promovida pela «Western European Airports Association» e cuja organização foi confiada à ANA (Empresa Pública de Aeroportos e Navegação). Presidiu aos trabalhos que se prolongaram por dois dias o sr. Binet, encontrando-se presentes cerca de duas dezenas de participantes vindos de Amesterdão, Frankfurt, Londres, Copenhague, Paris, Viena, Roma, Zurique e Lisboa. As sessões centralizaram-se em torno do tema «Estatísticas e previsões do tráfego aéreo», face

à importância determinante destes factores no cômputo do cada vez mais intenso tráfego aéreo.

Ciente da importância desta reunião, quer no aspecto das comunicações aéreas e sua influência decisiva no turismo, como das relações das entidades presentes com o sector turístico, a Comissão Regional de Turismo do Algarve distinguiu os participantes com um jantar, no decurso do qual se exibiu um rancho folclórico e esteve presente o sr. Alvaro Diogo, membro da Comissão Administrativa do órgão regional de Turismo.

RECONHECIMENTO DA GUINÉ-BISSAU

PELO FORNECIMENTO DE BATATA

Há bem pouco tempo a Imprensa Diária fez eco à gratidão demonstrada pela Guiné-Bissau em face ao fornecimento feito pelo nosso país de um contingente de batata, para acorrer às dificuldades ocasionadas por forte estiagem e desordenada reestruturação agrícola.

O jornal «O Dia», a esse respeito, referencia o seguinte:

«O agradecimento foi tornado público na cerimónia de entrega de 204 toneladas de batatas, (a bordo do navio «António Carlos») que constituem a primeira parte de uma ajuda alimentar no valor de 4 mil contos.

A segunda parte será entregue até ao final do corrente mês e será constituída por carne enlatada, farinha, bolachas, conservas de peixe e medicamentos.

Entretanto, prossegue a visita àquele país de uma delegação da

Secretaria de Estado da Comunicação Social portuguesa, presidida por Monteiro Leite, que ali foi estudar aspectos de cooperação daquele sector. O ministro da Informação local virá brevemente a Lisboa assinar um acordo nesse domínio, foi revelado em Bissau, tendo já sido acordada uma ajuda portuguesa no domínio da formação de quadros».

Quando a Guiné era terra portuguesa os russos mandavam armas (e os cubanos) para matar os povos da Guiné. Hoje, que a Guiné se diz livre, é Portugal quem manda comida para matar a fome dos habitantes daquele jovem país, enquanto os russos continuam a mandar mais armas e russos cubanos para conquistar o resto da África e... torná-la «livre» do «colonialismo» e ficar (só) russa.

LUTAR PARA SOBREVIVER

O QUOTIDIANO NA SOCIEDADE DE CONSUMO

por CARLOS DAVID

Quando falamos de quotidiano queremos referir o que se faz em cada dia, em todos os dias: são as práticas quotidianas ligadas à existência de cada ser humano.

Através de uma leitura atenta das relações de existência do quotidiano, correlativas entre si, podemos descobrir as relações, ao nível de totalidade, entre os indivíduos e com o meio natural; são múltiplas, colocam aqueles em comunicação e umas são mais fundamentais do que outras: de alimentação, de residência (distribuição de espaço), de produção, de trabalho, de vestuário, etc.

Mas lutar e especialmente descrever o quotidiano, cheio de preconceitos, é tarefa muito difícil, visto a sua linguagem ser fortemente abstrata, facto que não permite entendê-lo senão como prosaico.

Fora de nele que o capitalismo moderno estabeleceu e assentou as suas bases, dado que se trata de um domínio que está coberto pelo Poder e pela sua ideologia (explicativa e justificativa das relações de existência do presente).

Por a relação alimentar ser uma das mais importantes é sobre ela que escreverei as presentes notas. O problema da alimentação nos grandes centros urbanos é muito sério, exigindo, por parte dos consumidores, crescentes preocupações; estão altamente condicionados pelos produtos fornecidos pelo comércio: mercarias, supermercados, cantinas, mercados, etc.; não têm outra solução do que aceitar tudo o que lhes impingem, para o que contribui a publicidade — imprensa, rádio, televisão.

A cozinha regional está em vias de desaparecimento e os produtos que se comem são cada vez mais sofisticados, facto que faz quebrar as relações entre o homem e a sua alimentação. A preparação desta, as más das vezes, limita-se à abertura de embalagens e a uma mistura rápida de vários produtos — pratos preparados —, o que torna o consumidor inapto para as artes culinárias.

Apresentados sob diversas formas: liofilizados, congelados, conservados, pasteurizados, corados, condicionados e adicionados uns aos outros, os produtos, ou pelo menos a sua maioria, não têm sabor próprio; compra-se uma embalagem, uma marca, mas não um produto, aquilo que tem melhor apresentação:

Temos ainda as reeleições, que deixaram de ter valor comunitário, tomadas em self-services, cantinas, restaurantes, em lugares barulhentos e desumanizados ou em casa; a horas desencontradas, quando o trabalho o permite (não interessa quando nem onde); rapidamente, sem se estar calmo e concentrado, pensando noutra coisa, ouvindo rádio, vendo televisão; comer passou a ser uma necessidade nervosa e não física, um estimulante, não uma necessidade; junto de alguém, não com alguém, com uma multidão e servido por alguém que não se conhece; constituídas por alimentos que não preparamos nem produzimos, mas tão somente escolhemos a embalagem, a marca e de que não sabemos a qualidade:

desconhecemos o produtor, o local e como foram produzidos (que terra, que planta, que época).

Este novo tipo alimentar vai reflectir-se no espaço concedido à cozinha (cada vez mais pequeno), portanto na arquitetura, na energia utilizada, na preparação dos alimentos, na agricultura; deixou de identificar-se com os solos, com os ritmos da Natureza, do que resultou uma perda de sabores; eliminou muitas espécies vegetais, passando-se a produzir a mesma coisa em muitos sítios; constitui perigo para a saúde devido aos adubos, das mais diversas composições químicas, aos insecticidas, herbicidas, etc., utilizados pela agricultura.

A par da alimentação também a estrutura urbana causa sérios malefícios ao ser humano; isolada fábrica, o escritório, o local do emprego, as escolas, os hospitais especializados, etc., dos locais de residência, dando o facto origem às cidades dormitórios, às grandes concentrações humanas (por exemplo nas linhas Almada/Setúbal, Lisboa/Sintra, Lisboa/Cascais e Lisboa/Vila Franca) que exigem vastas somas em equipamentos: vias, transportes, saneamento, energia, água, etc. e originam graves problemas: poluição, criminalidade, agitação e mal-estar, etc.; o trabalho, o seu tempo, fins, ritmo e funções; altera as relações entre os indivíduos que deixaram de ser pessoas para passarem a serem funções.

Mas o que interessa, no fim de contas, é continuar o ciclo infernal: produção/consumo, produção/consumo... produzir e consumir sempre em maior escala: alimentação, palavras, livros, espetáculos, férias, medicamentos, voltando-se ao princípio; pouco importa a poluição; o ar viciado e mortífero, os ruidos, os maus cheiros, as águas e os alimentos con-

taminados; o esgotamento imediato dos recursos naturais, a morte do meio natural e o desaparecimento da principal fonte de matéria e de energia: plantas/energia solar/elementos minerais, que dá vida aos seres vivos (de que o Homem faz parte); o futuro dos nossos filhos. Importa mais manter os homens nos limites da morte; continuar a fornecer-lhe máscaras como a qualidade de vida e o lazer; zonas verdes, fins de semana, férias, facilidades na construção de habitação, na compra de móveis e utensílios domésticos, de veículos automóveis, de vestuário, etc.. A máquina do trabalho não pode parar e o sistema (produção/consumo) tem de expandir-se, mesmo que haja perda de vidas humanas devido à poluição, à má alimentação, à falta de paz de espírito.

Mas este sobreviver para o trabalho não é viver: é constrangimento, amargura, sofrimento e morte. Contudo, a grande parte dos portugueses, ainda não tem uma consciência clara sobre a gravidade do problema, parecendo existir, entre eles, uma nostalgia, que é preciso ultrapassar quanto antes.

Para quê lutar por melhores salários, boas habitações, uma vida mais desafogada, se depois não possuímos um ambiente natural, saudável e equilibrado (dentro do seu permanente desequilíbrio) onde seja possível a vida?

Daí também a luta pela salvaguarda do nosso quotidiano, do nosso corpo, do nosso espaço e do nosso Mundo. Mas só é possível lutar e reivindicar quando se tiver conhecimento do meio natural e se compreender a dinâmica do sistema ecológico (relações entre o meio e os seres vivos).

Importa, pois, conhecer, compreender para transformar este nosso Mundo a caminho do seu fim.

EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS PROMOVIDA PELO INATEL

Decorreu no passado dia 1 de Abril, a abertura da 1.ª Exposição de Artes Plásticas, promovida pela Delegação de Faro do Inatel que esteve patente ao público nas instalações daquele Instituto, à Travessa Castilho 35-2.º, até ao passado dia 15 do mês corrente.

Este certame surgiu como corolário do trabalho realizado durante os primeiros meses do curso que a Delegação de Faro trás em actividade e meritoriamente conduzido pelos artistas, o pintor Manuel Hilário de Oliveira e o ceramista Manuel Rei de Sá, que têm dedicado ao seu trabalho um empenhamento e carinho dignos de louvar.

Toda a mostra é um reflexo progressivo dos méritos de cada um dos trabalhadores-pintores, mostrando, toda ela, uma galeria de motivos semelhantes sem grandes contrastes mas nem por isso desprovista de uma sensibilidade pictórica racional e descomplexada, expressa nos traços e nas cores de cada trabalho, elaborados sob

uma condução única, mas não rígida, por forma a não influenciar os executantes para lá de alguns motivos e formas.

Para lá de outras considerações de ordem técnica não nos devemos alhejar do verdadeiro sentido e alcance social destas actividades no seio do Inatel à disposição dos trabalhadores. Vocacionado para o aproveitamento dos tempos livres, o Inatel procura esforçar-se por oferecer uma valorização cultural das pessoas e instituições humanas, como a que nos é dado perceber ao visitarmos a exposição de Artes Plásticas a que nos vimos referindo.

Não é de lisonjas nem de depreciações que o Zé se alimenta

Por tudo e por nada o Zé é invocado e envolvido, mas quanto a proveitos nada lhe é dado se não por medida e a troco do seu penoso esforço.

O Zé bem sabe (e não é preciso que lho digam) que nada deve receber gratuitamente e que para ele ainda é válida a sentença bíblica: «Comerás pão com o suor do teu rosto».

Sabe, também, sem qualquer parcela de dúvida, portanto, que não pode nem deve viver parasitariamente seja à sombra da generosidade estatal (que o mesmo é dizer da nação), seja de quaisquer instituições.

Reconhece-se e identifica-se como um pilar industrial e um depositário de virtudes cívicas, assim dizem os mais doutos.

Disso não se vangloria, mas também não se ofusca a pontos de esquecer as suas limitações. É exageradamente individualista e muito amigo de puxar a brasa à sua sardinha.

Mas daí a néscio vai uma boa distância...

Não acredita assim, nas muitas adulgações que lhe fazem nem tão-pouco nas depreciações que lhe confiram sob a alegação de ser obtuso de entendimento.

Nada disso lhe faz moça afinal,

pois está, ao contrário do que muita gente julga, habituado a pensar pela sua própria cabeça.

Não pode é admitir que o transformem no bode expiatório das calamidades públicas.

Ái, mais devagar. Como pode vencer ele, por exemplo as barreiras levantadas à educação dos seus filhos, só acessível, a partir de determinado escalão, aos mais possidentes?

Não existe e nunca existiu neste país um escol que dita modas, nem sempre as mais assadas, pelas quais ele tem de marcar passo?

Não lhe totheram muitas vezes os movimentos e eclipsaram a afirmação da sua própria personalidade e de castas?

A lista é contundente e serviria, se o propósito do Zé fosse incriminar, para demonstrar que não só ele deveria arcar com o preço das favas.

Se não é de lisonjas e de menosprezos com que o Zé é mimosado que ele se alimenta, muito menos será das suas próprias invenções.

Por isso as cala, mas não deixam de reclamar:

— Por favor, não me atirem mais poeira para os olhos!

Zé Ninguém

Enquanto Ministros pedem aumento de produção, técnicos de agricultura criam situações de desalento

(continuação da pág. 4) sabem que a região não é propícia para barragens e portanto esta hipótese é fictícia.

Para furos não há «nem auxílio técnico nem natural». Dinheiro? Bem, essa coisa pode cada um pedir à Banca (nacionalizada, nossa) e pagar os respectivos juros, que por sinal estão, praticamente, inacessíveis à lavoura.

...Entretanto, como a «construção de barragens e a abertura de furos requer capital avultado», parece preferível «uma associação de agricultores» com a qual os serviços ao M. A. P. nada têm a ver.

Que tal esta maneira de resolver problemas?

Cada um que se desenrasque.

Os Serviços Regionais de Agricultura e Pescas do Algarve têm mais que fazer do que preocupar-se em fomentar o desenvolvimento agrícola do Algarve.

E por isso aconselham os interessados (os srs. engenheiros não têm vagar para essas ninharias) a contactarem com os agricultores da zona de Paderne.

O pior é que o sr. eng. Alberto Mendes Quadros estava longe de sonhar que o ofício que assinou

iria ser lido pelo director da «Voz de Loulé» o qual travou acesa polémica com o hoje, já extinto Centro da Reforma Agrária de Faro que (durante o PREC) viu desmascaradas as suas «boas intenções» de «ajudar» os agricultores de Paderne. Os péssimos processos de trabalho que usou e a factura que cobrou foi de tal forma elevada (em relação aos preços praticados pelas firmas particulares) que a Associação dos Regantes de Paderne nos garantiu que nunca mais pediria qualquer auxílio ao Estado, tal a maneira escandalosa como os seus funcionários se portaram.

...Curiosamente soubemos há dias que, passados 4 anos, os serviços do M. A. P. decidiram oferecer 900\$00 para ajuda da Associação de Regantes de Paderne, mas a chegada desse dinheiro demorou tanto tempo e exigiu tanto trabalho e tantas deslocações que mal chegou para as despesas da escritura.

Será com ajudas destas que o Governo quer incentivar o aumento da produção agrícola?

Disse há dias o nosso Primeiro Ministro que é preciso incentivar os proprietários a produzirem mais nas suas terras e dias depois o Ministro do Comércio Externo frizou que teremos rationamento em 1979 se a produção de bens alimentares não aumentar. E isto pela simples razão de que precisamos de milhões de contos (que já não temos) para importar alimentos.

Pergunta-se: não será mais lógico dispender alguns milhares com a agricultura nacional do que gastar milhões em importar bens alimentares?

Entretanto biliões de metros cúbicos de água se perdem no mar porque as prometidas e tão necessárias barragens estão por construir..

...E em Vilamoura perdem-se diariamente milhares de metros cúbicos de água dum fortíssima nascente enquanto, a 1500 metros os agricultores de Vale Judeu suspiram por água para regar as suas terras.

Paradoxos dum paradoxal país... Há por aí alguém que esclareça honesta e claramente os agricultores?

JOAQUIM DO CARMO MARIANO

«WORKSHOP» EM BRIGHTON (GRĀ BRETAGNA)

Decorrerá, de 7 a 10 de Maio, em Brighton (Grā-Bretaña) a «Incentive Conference Travel 78», cujo workshop se efectua pela 3.ª vez, dedicado às motivações profissionais e que, no caso do turismo português, se revela de particular interesse considerando a promoção de «Portugal, país de congressos». Esta reunião terá uma presença de 4 mil profissionais na organização de congressos

UM SONHO...

EU GUARDO NA LEMBRANÇA
UM SONHO DE CRIANÇA
QUE FOI POR MUITO TEMPO
UMA ESPERANÇA...

EU ERA UM HOMEM FORTES
QUE VESTIDO A RIGOR
SUBIA AQUELE MONTE
CARREGANDO O ANDOR.
ATRÁS A MULTIDÃO,
COM A FÉ QUE NOS IRMANA,
GRITAVA COM FERVOR:
— VIVA A MÃE SOBERANA!
— VIVA OS HOMENS DO ANDORI

MEU SONHO NUNCA FOI REALIDADE
E O MEU SACRIFÍCIO NUNCA FOI MAIOR
QUE UMA HUMILDE ORAÇÃO
À SENHORA DA PIEDADE.

LEONEL DE SOUSA

ALGARVE na encruzilhada ecológica

(continuação da pág. 1)

tria sensível e complexa de serviços;

Segundo, porque já tendo ultrapassado a escala embrionária, a perspectiva seguinte orienta-se agora para o enquadramento de novas estruturas, reconversões e atracções de carácter recreativo, desportivo e cultural;

Terceiro, porque constituindo as belezas naturais e o meio ambiente o património inicial e basilar, sobre o qual se erigiu, e erigirá, toda a actividade turística, muito se terá de discorrer de molde a salvaguardar esse valioso «capital» dos efeitos destrutivos do desenvolvimento desvirtuado, que se processa à custa dos atentados ao meio ecológico.

Perante as determinantes dum desenvolvimento imparável que se esboça de forma categórica (pois é condição irreversível avançar na direcção de novas metas), e a preservação da riqueza ecológica, há assim um problema em equação a resolver e que aponta para a conciliação e harmonização dessas ambivalências de feição tão dissemelhante.

O «como», representa aqui o ponto de interrogação simplista que apela para uma resposta, carregada de advertências.

A questão não é nova. Noutros lugares e noutras latitudes, em face a factos consumados, as ponderações e até as contricções impuseram-se tardiamente.

A nosso favor resultam, portanto, os exemplos alheios, fruto do vanguardismo aventureiro (industrial) em que se lançaram, cegos e deslumbrados pelas promessas e pelo culto imoderado do progresso.

Os juros são pesados e definem-se pelos efeitos da poluição do meio ambiente e como colateral, a extinção das espécies e não se sabe de quantas enfermidades surgidas como tributo.

Os erros estão identificados e balanceados. Importa agora evitá-los, o que não será fácil posto que os dispositivos do incremento agro-industrial, contêm eles mesmos os germes alteradores do equilíbrio material envolvente.

Claro que para ressalva do nosso património ecológico a estratégia terá de ser para já concertada nos círculos de decisão, ou seja, nas instâncias governativas, onde, em atenção à vocação do Algarve, se deverá conceber um programa de desenvolvimento adequado e ajustado às suas potencialidades.

Pensamos, por exemplo, frente ao que em tempos foi divulgado que não será de modo algum recomendável a implantação em Monchique, de uma fábrica de celulose que, como se sabe é altamente poluente.

Estamos chegados à «hora da verdade», isto é, chegou o momento decisivo das opções e das bifurcações possíveis.

Comissionista

PRECISA-SE

Para trabalhar diversos artigos no concelho de Loulé ou em todo o Algarve.

Resposta a ANAFI — R. Henrique Nogueira, 32-2.º, F. — AMADORA.

Que caminhos devemos escolher?

Parece-nos que as próprias condições reinantes do Algarve, nos sugerem os rumos a trilhar.

Claro que não repudiamos a integração industrial, mas levantam-nos uma objecção: a que o seu dimensionamento não se processe às expensas do sacrifício dos seus predados, que devidamente aproveitados por um turismo amadurecido e explorado lhe garantam uma função altamente proveitosa e tonificante para a combalida economia nacional.

A coexistência de dois polos de desenvolvimento tão contraditórios não se nos figura factível, por quanto um deles (fácil de desfrutar) acabaria por suplantar e eliminar o outro.

Harmonizar, naquilo que ambos têm de comum e compatível, é que nos parece mais expediente e consentâneo com as realidades.

J. C. Viegas

Cooperativa Agro-Pecuária, Quinta da Tôr, S.C.R.L.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifco, para efeitos de publicação, que por escrifa-

LOULÉ



AGRADECIMENTO



JOSÉ ALCARIA RENDA

Sua esposa, filho e restante família extremamente penhorada pelas demonstrações de amizade e carinho que receberam, vêm por esta forma tornar público o seu mais vivo reconhecimento a todas as pessoas que lhe manifestaram o seu pesar ou de qualquer forma acompanharam o seu desgosto e a quem, por deficiência de endereços ou por qualquer outra circunstância o não pôde fazer directamente, ressalvando assim uma omissão involuntariamente cometida.

LAGINHA & FILHOS, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ 1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifco, para efeitos de publicação, que por escrifa de ontem, lavrada de fls. 146, v.º a 148, do livro n.º B-99, de notas para escrifuras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre José Caetano Lagineha, Justino José de Brito Lagineha e Luís Manuel de Brito Lagineha, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma de «Lagineha & Filhos, Limitada», tem a sua sede na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé — no talho número catorze, do mercado municipal — e durará por tempo indeterminado a contar desta data.

Segundo — O seu objecto consiste no exercício do comércio de talho e salsicharia, podendo, no entanto, explorar qualquer outro ramo de negócio em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de trezentos mil escudos, e corresponde às quotas dos sócios, que são as seguintes:

Uma de duzentos e quarenta mil escudos, pertencente ao sócio José Caetano Lagineha;

Uma de trinta mil escudos pertencente ao sócio Justino José de Brito Lagineha;

Outra também de trinta mil escudos, do sócio Luís Manuel de Brito Lagineha.

Quarto — 1. — A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme deliberado em Assembleia Geral;

2. Qualquer dos sócios gerentes poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência por meio de procuração, em quem entender;

3. Para obrigar validamente a sociedade é necessária a assinatura em conjunto de dois sócios gerentes ou seus procuradores, devendo uma delas ser sempre a do sócio gerente José Caetano Lagineha ou de um seu procurador, podendo, no entanto, os actos de mero expediente ser assinados por qualquer sócio gerente ou seu procurador.

4. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Quinto — 1. A cessão e divisão de quotas entre sócios é livre;

2. A estranho fica dependente de prévio e expresso consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Sexto — As reuniões da Assembleia Geral são convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com oito dias de antecedência, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 22 de Abril de mil novecentos e setenta e oito.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

PALMEIRAL — LOULÉ



AGRADECIMENTO



JOAQUIM GUERREIRO
CECÍLIA

Sua família agradece a todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada, numa derradeira expressão de pele que calou fundo nos corações.

Para todos o penhor da nossa gratidão.

Oferece-se emprego

A vendedor, para trabalhar zona Alentejo-Algarve.
Nesta redacção se informa.

Artur Condinho & Guerreiro, Lda.

Face às necessidades de expansão exigida pelo crescente número de automobilistas que procuram os nossos serviços de assistência técnica, tornou-se imperioso abandonar as antigas e acanhadas oficinas para instalar a nossa firma na URBANIZAÇÃO EXPANSÃO SUL, onde esperamos continuar a merecer a preferência de quem queira distinguir-nos com a sua preferência e amizade.

Para problemas de pneus prefira a firma especializada:

TECNIPNEUS

URBANIZAÇÃO EXPANSÃO SUL — TELEF. 62397

LOULÉ

De quem será?

Encontrou-se objecto em frente à garagem BP. Entrege-se a quem provar pertencer-lhe. Telefone 62 800 — LOULÉ.

GOLFE

«24.º Campeonato Aberto de Portugal na Penina (Algarve)»

Nos magníficos relvados da Penina, no Algarve, disputou-se a 24.º edição do «Open» de Portugal, prova que durante alguns dias reuniu no Sul dos Países os maiores nomes do golfe. Serviu assim esta competição, ano após ano, a conhecer um maior prestígio e que é organizada pela Federação Portuguesa de Golfe, com o apoio da Direção Geral do Turismo e da Comissão Regional de Turismo do Algarve, para um tripló objectivo: a prática e emociónade desportivas, a ocupação hoteleira com todas as vantagens para a economia do país, daí advindas e a promoção turística do Algarve, testemunhada pelo impacto que nos órgãos de informação estrangeiros teve a prova, evidenciando as reais aptidões do Meio Dia Português (com alguns dos melhores campos de golfe da Europa) para este tipo de incentivação turística. A classificação final do «24.º Campeonato Aberto de Portugal» que teve uma presença de estrangeiros que rondou as duas centenas foi a seguinte: 1.º H. Clark (Grã-Bretanha) — 291 pancadas; 2.º B. Barnes (Grã-Bretanha) e S. Holday (África do Sul) — 292 pancadas; 4.º António Gárdio (Espanha) — 293 pancadas; 5.º M. James (Grã-Bretanha) e K. Brown (Grã-Bretanha) — 294 pancadas.

O acto de distribuição dos prémios teve a presença do dr. Almeida Carrapato (Governador Civil de Faro) e dos srs. Mário Pereira (em representação do Município de Portimão) e Álvaro Diogo (pela Comissão Regional de Turismo do Algarve), que usou da palavra assim como os srs. John Stilwell e Henry Cotton.

A Voz de Loulé, n.º 673, 4-5-1978

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ**ANUNCIO**

(2.º publicação)

FAZ-SE saber que nos autos de SUPRIMENTO DE CONSENTIMENTO, a correr termos na Secção Auxiliar deste Tribunal Judicial de Loulé, com o n.º 18/78, em que são: requerente: Maria das Dores de Brito, casada, doméstica, residente em Vale de Éguas, freguesia de Almancil, desta comarca, e; requerido: CRISTÓVÃO GUERREIRO GOMES, agricultor, ausente em parte incerta, mas com o último domicílio conhecido no já referido sítio de Vale de Éguas — Almancil, é este requerido CITADO para no prazo de 8 dias, finda a dilação de 30 dias, contada da data da 2.ª e última publicação do respectivo anúncio, contestar o pedido deduzido por sua mulher atrás identificada, que consiste em que seja suprido o consentimento do citando e autorizada a venda de 1/12 avos indivisos, em cada um dos seus prédios rústicos, sendo 2 no Semino e 2 nos Barros da Fonte Santa, todos da freguesia de Quarteira, desta comarca, inscritos na matriz predial daquela freguesia sob os artigos 524, 654, 821 e 824.

Loulé, 17 de Abril de 1978.
O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga
O Escrivão,
a) Américo Guerreiro Correia

CLUBE DESPORTIVO E RECREATIVO QUARTEIRENSE

QUARTEIRA

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Usando a faculdade que me confere o § 2.º do Art.º 20 dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária, para o dia 6 de Maio próximo, pelas 21,30, na sede deste Clube, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Discussão e votação do relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal.
- 2.º — Eleição dos novos Corpos Gerentes para o ano de 1978/79.
- 3.º — Tratar de qualquer outro assunto que eventualmente a Assembleia considere de interesse para o Clube.

Não havendo número suficiente de sócios fica a mesma convocada para uma hora depois com a mesma ordem de trabalhos.

Quarteira, 20 de Abril de 1978.

O Presidente da Assembleia Geral,
Quirino de Sousa Mealha

A VOZ DE LOULÉ**SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ****1.º CARTÓRIO**

Notário: **Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva**

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 19 de Abril corrente, lavrada de fls. 130 v. a 132, do livro n.º B-99, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Daniel Higino Peres Santos, Francisco José Campina Cabrita e Manuel Pedro da Silva, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma de «Santos, Cabrita & Silva, Limitada», tem a sua sede no sítio da Gonçinha, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé; e durará por tempo indeterminado, a contar desta data.

Segundo — O seu objecto consiste na indústria de carpintaria e serralharia, em geral e em especial, com vista ao fabrico e montagem de carroçarias em viaturas automóveis ligeiras e pesadas de carga, podendo explorar qualquer outro ramo de negócio em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de cento e cinquenta mil escudos e está dividido em três quotas iguais de cinquenta mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — 1. A gerência da sociedade, dispensada de caução, e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, per-

PRECISA-SE

Vendedor área Algarve, residente entre Faro e Loulé. Conhecimentos de material e equipamentos electromecânicos c/ carta de condução. Indicar currículum vitae e ordenado pretendido. Entrada imediata. Resposta ao jornal ao n.º 41.

RESTAURANTE**TRESPASSA-SE**

Tratar na Rua Pedro Nunes, 14 — LOULÉ.

(3-2)

Trespessa-SE

Farmácia Cavaco em Boqueime.
Informa pelo Telef. 66274 — BOLIQUEIME.

tence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral;

2. Qualquer dos sócios gerentes poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência por meio de procuração, em quem entender;

3. Para obrigar validamente a sociedade são necessárias as assinaturas em conjunto de dois sócios gerentes ou seus procuradores, podendo, no entanto, os actos de mero expediente, ser assinados por qualquer sócio gerente ou seu procurador.

4. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Quinto — 1. A cessão e divisão de quotas entre os sócios é livre;

2. A estranhos fica dependente de prévio e expres-

so consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Sexto — As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com oito dias de antecedência, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 21 de Abril de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

**Para o seu marido
não sair de casa**

Há várias razões que levam os maridos a sair de casa à noite. Se o quiser conservar junto de si minha senhora, compre um Maple na CASA SIMÃO — Telefone 62210 — LOULÉ.

Verão Madeira 78

PARTIDAS SEMANAS DE MAIO A OUTUBRO

EM MAIO E JUNHO

FÉRIAS ECONÓMICAS.

SURPRESA/BÓNUS TURALGARVE

UMA SEMANA DESDE ESC. 2.990\$00

INFORMAÇÕES E RESERVAS

EM LOULÉ

Praça da República, 98-100 — Telef. 62143-62144

TURALGARVE**O SENHOR SABE**

MAS AINDA NÃO VERIFICOU QUE:

**NA INVERNA, CARRO TAPADO
COM CAPAS «RR» IGUAL A...**

- Bateria protegida pega à primeira!
- Radiador seguro contra a congelação!
- Pintura livre de corrosão!

As únicas capas cardadas interiormente, o que as distingue
Repelentes ao sol e à chuva

UM EXCLUSIVO DE ESTABELECIMENTOS:

RODRIGUES & RODRIGUES, S. A. R. L.

R. Nova do Carvalho, 79 — Tel. 372221

Apartado 2199 — Lisboa-2

AGENTES EM LOULÉ:

GARAGEM S. CRISTÓVÃO

de Daniel José Angelino Castro

R. 1.º Dezembro, n.º 7 — Loulé

(2-2)

(2-2)

NAO SOU DE LONGE SOU DAQUI

por LUÍS PEREIRA



Não sou de longe
sou daqui
nascido destes costumes
desta língua
destas vielas
as minhas chagas e as minhas des-
venturas
as minhas passagens e as minhas
paragens
as minhas olheiras e as minhas
pinturas
não são de longe
sou daqui

É aqui que canto e grito meus pe-
sadelos
É aqui que exibo meu cálix que-
brado
É aqui que vejo rastejarem as es-
trellas
É aqui que me confesso ao pão
encetado

Não sou de longe
sou daqui
nascido do ruivo das terras
do torrado das chaminés
dos regatos cinzelados

Aprendi aqui
a chorar minhas angústias pa-
radas
a sentar-me sobre os penedos
e a esfarelar os dias arre-
fados

Aprendi aqui
a sacudir a dura realidade
e sem medo e sem vaidade
a abater as longas tempestas
do entreabrir de emoções in-
conscientes

HOTEL DA BALABAIA comemora o 10.º aniversário

Para assinalar o seu 10.º aniversário transcorrido no passado dia 7 de Fevereiro, o Hotel da Balabaia em ligação com o seu Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores, elaborou um programa de celebração, o qual teve início nos transactos dias 21 e 29

Pianista Maria Campina diferentemente recebida no Funchal

Deslocou-se com curta demora ao Funchal, na companhia de seu marido a ilustre Directora do Conservatório Regional do Algarve, sr.º D. Maria de Sousa Pereira Campina Ruivo, nossa muito estimada conterrânea, tendo sido alvo de expressiva manifestação de simpatia e amizade na Academia de Música da Madeira.

A distinta artista foi uma das primeiras directoras da Academia de Música da Madeira onde exerceu notória acção docente.

O BANCO FONSECAS & BURNAY vai abrir agência em Quarteira

Por despacho de 30/3/78 do Secretário de Estado do Tesouro, foi autorizada a abertura da Agência do Banco Fonsecas & Burnay em Quarteira, encerrando o Posto de Câmbios do Ex-Banco da Agricultura naquela localidade.

Assim se concretiza mais uma aspiração de uma aldeia em franco progresso e que merece o apoio de todas as entidades que possam contribuir para o seu desenvolvimento económico e urbano.

Aprendi aqui
a olhar a chuva gelada
a descobrir paisagens enton-
[tecidas
a morder a erva azeda

Não sou de longe
sou daqui
feito da névoa da manhã
da aspereza do Fevereiro

É aqui que eu comungo com as
[gotas de tinta
É aqui que plantei os alicerces do
[meu ninho
É aqui que as florestas apodrecem
[e as folhas murcham

FESTEJADO O 25 DE ABRIL DIA DA LIBERDADE EM LOULÉ

Para assinalar e comemorar o 25 de Abril, que simboliza o «Dia da Liberdade», deu-se cumprimento em Loulé de um programa que agregou diversos acontecimentos e celebrações de diversa índole.

Logo pela manhã, deu-se a alvorada com salva de morteiros, seguida pelo desfile da Banda de Música «Artistas de Minerva» pelas ruas da Vila.

Depois, procedeu-se ao içar da Bandeira nos Paços do Concelho,

ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A última sessão da Assembleia Municipal de Loulé decorreu no passado dia 22 de Abril, tendo inscritos, na sua agenda de trabalhos para apreciação e votação, dois assuntos a saber: Relatório de gerência Camarária de 1972 e criação do Conselho Municipal.

Independentemente destes dois pontos houve muitas outras questões que ocuparam e prenderam também a atenção da Assembleia, suscitando prolongados debates e deliberação.

Posto que a sessão ofereceu vasta matéria a qual ainda que resumida não deixará de merecer lugar conveniente, este jornal, por absoluta falta de espaço fará a sua cobertura na próxima edição.

FESTEJADO O 25 DE ABRIL

DIA DA LIBERDADE

EM LOULÉ

onde o vereador Oliveira Carreira, em substituição do presidente da Câmara, impossibilitado de comparecer por doença, proferiu uma alocução alusiva ao 25 de Abril.

Ainda na parte da manhã deu-se a alvorada com salva de morteiros, seguida pelo desfile da Banda de Música «Artistas de Minerva» pelas ruas da Vila.

A tarde a Música Nova actuou no coreto da Avenida e ofereceu ao público um concerto que foi muito aplaudido.

A noite para culminar os festeiros houve danças regionais pelo Rancho Folclórico de Loulé e um acto de variedades.

DEFESA DO PATRIMÓNIO NATURAL DO ALGARVE

Promovido pelo Grupo Ecológico do GDAL—Lagos, decorreu naquela cidade nos passados dias 5 e 12 de Março um Encontro Regional que congregou elevada compariência de entidades algarvias, durante o qual se debateu o desenvolvimento harmonioso desta Província sob a perspectiva ecológica.

O animado e proveitoso colóquio, que despertou amplo debate, prolongou-se, dada a dimensão dos assuntos abordados, pelos dois dias referidos, tendo-se no seu termo elaborado por consenso estabelecido as seguintes conclusões:

1 — Para possibilitar os contactos entre todas as pessoas e grupos interessados na perspectiva ecológica, será elaborada uma lista de nomes e endereços, que será posta a circular entre todos os participantes e demais interessados (segue em anexo);

2 — Em todas as localidades onde já existam grupos ecológicos, esses grupos irão solidificar e ampliar a sua acção, ganhando novos aderentes e dando a conhecer os trabalhos deste encontro nas suas linhas gerais;

3 — Nas localidades onde ainda não existam, os participantes irão tentar lançar novos grupos com idêntica finalidade;

4 — Num prazo de um mês a seguir ao encontro (na prática durante o mês de Abril, devido à interposição do período da Páscoa), os grupos referidos em 2 e 3 escolherão um representante a uma «comissão de coordenação regional»;

Nas localidades onde não chegue a formar-se um grupo, podem indivíduos isolados fazer parte formalmente da referida comissão;

5 — Essa comissão reunir-se-á

«A VOZ DE LOULÉ» PRESENTE NO 1.º COLÓQUIO NACIONAL SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA PORTUGUESA

Numa organização da Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal, decorreu em Lisboa de 17 a 20 de Abril o 1.º Colóquio Nacional sobre «Os Meios de Comunicação Social no Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa», e no qual esteve presente José Manuel Mendes em representação de «A Voz de Loulé».

Os trabalhos, que decorreram, nas magníficas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, repartiram-se por quatro sessões, a saber:

1.º Sessão — Temas Gerais Sobre Comunicação Social e Desenvolvimento Agrícola;

2.º Sessão — A Rádio, a Televisão, e o Cinema, no apoio ao Desenvolvimento Agrícola;

3.º Sessão — Problemas Agrícolas Específicos e Comunicação Social;

4.º Sessão (em dois dias) — A Imprensa e o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa.

Intervieram bastantes oradores que puseram em destaque as potencialidades ainda sub-aproveitadas, ou pura e simplesmente, mal aproveitadas, dos meios de comunicação social, em termos de apoio efectivo ao desenvolvimento da agricultura portuguesa.

A sessão de abertura e a de encerramento, registaram a presença dos srs. Ministro da Agricultura e Pescas, e Secretário de Estado da Comunicação Social, respectivamente.

Durante o colóquio, foram ainda distribuídos os três prémios do concurso do jornalismo agrícola de 1977.

Proximamente daremos mais pormenores.

JUNTA NACIONAL DE FRUTAS PROSSEGUE INQUÉRITOS INICIADOS EM 1970

Segundo nos foi comunicado pela Delegação no Algarve da Junta Nacional das Frutas, vai este departamento actualizar os inquéritos iniciados em 1970 atinentes à avaliação das produções de arvoredo de regadio e das culturas hortícolas especialmente as leva-

das a efeito com estufas ou abrigos de plástico.

O designado referido tem por objectivo possibilitar um futuro ordenamento cultural e demarcar posição quanto à nossa integração no «mercado comum» e, quando for caso disso, orientar as licenças de importação.

Conta esta Delegação com a colaboração e bom entendimento de todos os produtores agrícolas, no sentido da prestação de elementos em causa e não deixa de salientar que as informações dadas podem revidar em seu benefício.

De conformidade com o solicitado aqui deixamos exarado o seguinte: A Junta Nacional das Frutas solicita e agradece a colaboração da Lavoura Algarvia no inquérito a que está a proceder, referente a culturas arborícolas e hortícolas de regadio.

FEIRA DO CARMO EM FARO

Promovida pela Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, com o apoio da Comissão Regional de Turismo do Algarve e da Câmara Municipal de Faro, vai decorrer de 15 a 31 de Julho, mais uma edição da secular «Feira do Carmo». O certame, que no ano transacto foi transferido para o Largo de São Francisco, onde voltará este ano a realizar-se a fim de possibilitar o espaço que a expansão da Feira impõe, incluirá uma representatividade das actividades industriais e comerciais do Algarve.

MAIS AUSTERIDADE NOS ALMOÇOS «MINISTERIAIS»

Aqui a palavra ministerial tem um sentido largo: tanto se refere aos ministros, que apreciam os restaurantes caros (talvezmente os Conselheiros da Revolução), como aos funcionários dos Ministérios, aos quais foram atribuídos para almoço, durante o I Governo constitucional, os seguintes subsídios, conforme a Imprensa tem noticiado: Ministério da Educação: 725 700 contos; Finanças: 108 100; Transportes e Comunicações: 29 300; Agricultura e Pescas: 29 300; Trabalho: 26 500; Assuntos Sociais: 25 600; Justiça: 25 100; Comércio e Turismo: 11 300; Planeamento e Coordenação Económica: 11 000; Habitação: 10 500; Negócios Estrangeiros: 8 400; Indústria e Tecnologia: 7 700.

(De «A Defesa»)

PEDRO DE FREITAS

A fim de participar nas comemorações do 9 de Abril, esteve em França integrado num grupo de antigos combatentes o nosso prezado amigo e insigne escritor louletano, Pedro de Freitas, que nos obsequiou com um amável postal de Paris.

Retribuímos e agradecemos as suas saudações de amizade e apreço.